



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 2 DE MARÇO DE 2016.

Nº. 5/2016

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: Francisco José Caldeira Duarte, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e António João Fernandes Colaço, António José Rosa de Brito, Paulo Jorge Maria do Nascimento e Carlos Alberto Camacho Pereira, na qualidade de Vereadores.

ABERTURA DOS TRABALHOS

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente da Câmara, declarada aberta a reunião pelas 21,15 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Deu o Sr. Vereador Paulo Nascimento conhecimento da participação do Município na BTL - Feira Internacional de Turismo, que está a decorrer em Lisboa.

Informou o Sr. Vereador António João Colaço que hoje reuniu a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Castro Verde, face às necessidades de planeamento do Dispositivo Especial de Combate aos Incêndios Florestais do Distrito de Beja, conforme proposto pelo Comando Distrital de Operações de Socorro de Beja.

Deu igual conhecimento que também teve lugar, hoje, na CIMBAL uma reunião com a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, no sentido da monitorização e avaliação dos Planos Municipais de Segurança Rodoviária (PMSR), elaborados desde 2009.

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e nominalmente.

Não participou na votação o Sr. Vereador António João Fernandes Colaço por não ter estado presente na reunião causa.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1. - Expediente:

Tomou a Câmara conhecimento de uma carta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista dando conhecimento da pergunta que apresentou na Assembleia da República sobre “a ausência do Aeroporto de Beja nos planos de investimento da empresa concessionária do serviço aeroportuário em Portugal”.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. - Mapa Centralizador de Receita e Despesa:

Tomou a Câmara conhecimento do Mapa Centralizador de Receita e Despesa, referente ao movimento de tesouraria no período compreendido entre o dia 1 a 29 de Fevereiro de 2016, o qual apresenta os seguintes saldos:

- Operações orçamentais:

Saldo do ano de 2015	239.878,26 €
Receitas cobradas	1.374.172,90 €
Soma	1.614.051,16 €
Despesas realizadas	1.455.753,07 €
Saldo em 29.2.2016	158.298,09 €

- Operações de Tesouraria:

Saldo do ano de 2015	207.872,19 €
Op. Extra - Orçamentais – Entradas	111.164,33 €
Soma	319.036,52 €
Op. Extra. Orçamentais – Saídas	111.221,74 €
Saldo em 29.02.2016	207.814,78 €

- Disponibilidades:

Caixa	24.026,94 €
Fundos de Maneio	2.500,00 €
Instituições Bancárias	339.585,93 €
Total das disponibilidades em 29.02.2016	366.112,87 €
Documentos	23.499,39 €
Total de movimentos de tesouraria em 29.02.2016	389.612,26 €

- Total dos encargos de curto e médio prazo assumidos e não pagos respeitantes a fornecimentos, empreitadas e diversas prestações de serviços em 29 de Fevereiro de 2016: 313.188,60 €.

2. - Emissão de pareceres prévios para a celebração renovação de contratos de aquisição de serviços:

Apreciou a Câmara a informação/proposta com o registo nº. 1407 do Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos, cujo conteúdo é o seguinte:

“Considerando o disposto no art.º 75º/12, da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para 2015, adiante designado por (LOE), que aponta para a obrigatoriedade da existência de parecer prévio vinculativo do Órgão Executivo, nas celebrações ou renovações de contratos de aquisição de serviços, considerados ou não essenciais, independentemente do valor da adjudicação.

Considerando a obrigação prevista no art.º 3º da Portaria nº 149/2015, de 26 de maio, que estabelece quais os elementos que devem instruir o pedido de parecer, e se encontram em anexo ao mapa resumo que é apresentado.

Solicito a V.Exª, e ao abrigo do disposto no art.º 75º/5º, da LOE, parecer prévio favorável, da aquisição de serviços, cujo objeto consta do mapa anexo à presente proposta.”

Refere-se o presente pedido de parecer prévio à celebração do contrato de aquisição de serviços de exploração e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento do concelho de Castro Verde, pro ajuste direto (regime geral), pelo preço base 6.140,00 €/mês, até ao limite de 73.680,00 €/ano.

Refere-se igualmente o mesmo pedido de parecer prévio à renovação do contrato de aquisição de serviços de reparação e manutenção de equipamentos elétricos em edifícios públicos municipais, por ajuste direto (regime geral), pelo preço base de 1.300,00 €/mês, celebrado com Maria dos Anjos Revés Pedro Ferreira.

Apreciado o assunto, a Câmara, no uso da competência prevista no art.º 75º/5 e 12 da Lei do Orçamento de Estado para 2015, deliberou, por maioria com as abstenções dos Srs. Vereadores António José de Brito e Carlos Alberto Camacho Pereira, emitir pareceres prévios favoráveis para a celebração e renovação dos referidos contratos de prestação de serviços.

5. - Ratificação da emissão de licenças especiais de ruído:

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara as licenças especiais de ruído que concedeu, nos termos do art.º 15º. do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº.9/2007, de 17 de Janeiro, com as devidas alterações, a Marco António Mestre Rosa, para a realização de musica na inauguração do “First Floor Bar”, sito na Travessa da Alegria nº.2, em Castro Verde, das 21 horas do dia 20 de Fevereiro até às 2 horas do dia seguinte até 19 de Março, em cada dia de utilização, a Fernando Martins da Silva, em representação da Sociedade Recreativa e Filarmónica 1º de Janeiro, para realização de música ao vivo nas suas instalações (Pátio da Vila), sitas na Rua Morais Sarmiento nº. 69, em Castro Verde, das 16 horas do dia 20 de Fevereiro até às 2 horas do dia 21 do mesmo mês, e a Marco Gabriel Graça Constantino, para realização de música ao vivo no Café/Pastelaria 7ª. Arte, sito na Rua Fialho de Almeida nº.2, em Castro Verde, desde as 22 horas do dia 22 de Janeiro até às 2 horas do dia seguinte até 20 de Fevereiro, em cada dia de utilização.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente ratificar a concessão das licenças especiais de ruído acima referidas.

DIVISÃO DE OBRAS, GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

1. - Deliberação final sobre processos de obras:

Apreciou a Câmara os seguintes projetos para efeitos de deliberação final e consequente emissão das respetivas licenças de obras:

- de arquitetura e especialidades apresentados por Maria Dulce Vargas Cerejo Baião Costa, para remodelação da sua habitação sita na Rua Dr. António Francisco Colaço nº.27, em Castro Verde (proc.º 15/2015).
- das especialidades apresentados por Ana Lúcia Rosário Dias Colaço Ferreira, para construção de uma moradia unifamiliar na Rua da Aclamação, em Castro Verde (proc.º 28/2015).

A Câmara, em face dos pareceres proferidos sobre os mesmos projetos, deliberou, por unanimidade e nominalmente, aprová-los para efeitos de deliberação final sobre os respetivos processos de obras.

2. - Projetos de arquitetura:

Apreciou a Câmara os seguintes projetos de arquitetura:

- de Francisco Figueira Ramos, para construção de uma moradia unifamiliar na Rua Ernesto Melo Antunes, lote 26, em Castro Verde.
- de Pedro Miguel Paulino dos Anjos, para construção de uma moradia unifamiliar na Rua Timor Lorosae, lote 31, em Castro Verde.
- de Neusa Maria Martins Mira Lopes Inácio, para demolição e construção no mesmo local de uma moradia unifamiliar na Rua de Santa Bárbara nº. 50, em Castro Verde (proc.º 4/2016).

A Câmara, em face dos pareceres proferidos sobre os mesmos projetos pelo Gabinete de Gestão Urbanística, deliberou, por unanimidade e nominalmente aprová-los.

3. - Destaque de parcela de terreno:

Apreciou a Câmara um requerimento em que Natália Maria Guerreiro Viegas de Barroso Carvalho Monteiro e marido Joaquim Pedro de Carvalho Monteiro, residentes na Estrada de Mértola nº.3, em Castro Verde, expõem e requerem o seguinte:

São proprietários do prédio misto denominado “Cerca da Vinha”, sito na União de Freguesias de Castro Verde e Casével, com a área de 35.652,50 m2, inscrito sob o artigo nº. 60, secção S e nas matrizes urbanas sob os artigos 2743 (anteriormente art.º 4444) e p 4288, descrito na CRP de Castro Verde sob o nº.974/19900207, registado a seu favor pela inscrição G-Ap.6 de 2005/04/06.

Os requerentes pretendem destacar uma única parcela daquele prédio, a saber - urbano, destinado a habitação e quintal, com a área global de 16.452,50, sendo 200 m2 de superfície coberta e 16.252,50 m2 de descoberta, confrontando do norte e nascente com barranco, do poente com Estrada Nacional 123 e do sul com Eduardo Cruz.

Assim, em resultado da operação de destaque pretendida, resultarão dois prédios:

Prédio A) - Urbano, destinado a habitação e quintal com s.c 200 m2 e s.d 16.252,5 m2, confrontando do norte e nascente com barranco, do poente com Estrada Nacional nº. 123 e do poente com Eduardo Cruz.

Prédio B) - Misto, denominado “Cerca da Fonte”, com a área global de 19.200 m2, sendo de 19.137,9 m2 de afetação rústica, composto por cultura arvense, inscrito sob o art.º 60 da Secção S, e urbano, com a área de 62,10 m2, inscrito sob o art.º p 4288, a confrontar do norte com António

Mateus e Estrada Nacional nº 123, do sul com barranco e Jacinto Alberto Mestre, do nascente com Nasceolinda Amélia Ramos Palma e Marisa Santos Marques e do poente com barranco.

Nestes termos requerem nos termos do nº.4 e 10 do art.º 6º do Decreto-Lei nº.555/99, de 16 de Dezembro, que lhe seja passada certidão da qual conste que foi dispensado o licenciamento de loteamento para o destaque referenciado e do qual resultarão os dois referidos prédios.

Apreciado o pedido, a Câmara, em face do parecer do Gabinete de Gestão Urbanística, deliberou, por unanimidade e nominalmente, certificar que o destaque pretendido reúne os requisitos estipulados no nº.4 do art.º 6º do Decreto-Lei nº. 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº. 136/2014, de 9 de Setembro, uma vez que as duas parcelas resultantes do destaque confrontam com arruamento público.

4. - Posse administrativa de imóveis degradados sitos na Rua Nova nºs. 10 e 12, em Aivados:

Na sequência da deliberação tomada no dia 25 de Novembro de 2015 e decorrido o prazo para que os proprietários dos imóveis degradados, sitos na Rua Nova nºs 10 e 12, em Aivados, pudessem dar cumprimento à mesma deliberação, e não o fizeram conforme informação prestada pela Divisão de Obras, Gestão Urbanística e Ambiental, reapreciou a Câmara o mesmo processo, tendo deliberado, por unanimidade e nominalmente, tomar posse administrativa dos mesmos imóveis a fim de poder proceder de imediato à sua demolição, cujo estado avançado de degradação, ameaçando ruína, põe em causa a segurança de pessoas e bens.

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1. - Concessão e renovação de cartões sociais:

Tendo presente a informação e a documentação formulada pela Divisão da Ação Social, Educação, Cultura e Desporto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: António Francisco Rosado da Conceição, residente no Monte do Lombador; Antónia Emília da Conceição, residente no Monte do Guerreiro; Alberto Amorim Santos, residente em Casével; e a Milene Ivete Pinto Mendonça, residente em Castro Verde, todos no escalão A.
- Renovar os cartões sociais de: Acácio José, residente em São Marcos da Ataboeira; Maria da Conceição Cruz Gomes Paulo, residente em Castro Verde; Francisca Gonçalves Rosa Nobre, residente no Monte dos Aivados; e de Manuel Guerreiro Cavaco, residente no Monte do Lombador, todos no escalão A; e de Maria de Fátima Silva Candeias, residente em Castro Verde, no escalão B.

GABINETE DO PLANEAMENTO E GESTÃO DE CONTRATOS

1. - Solução global de suporte à atividade da Central de Compras da CIMBAL:

- **Aprovação do mandato administrativo e nomeação de interlocutor que assegure a formação e a execução de contratos:**

Apreciou a Câmara a seguinte informação prestada pelo Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos:

“Considerando os termos do documento em anexo propõe-se que seja deliberado, em reunião do executivo, a aprovação do mandato administrativo a favor da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CC-CIM-Baixo Alentejo) de maneira a que esta se constitua como entidade agregadora dos municípios que a integram e habilitando-a a desempenhar funções representativas nos acordos quadros previstos no Código dos Contratos Públicos e desenvolver o Portal das Cotações do Baixo Alentejo.

Tendo presente que um Acordo Quadro é o contrato celebrado entre uma ou várias entidades adjudicantes e uma ou mais entidades, com vista a disciplinar relações contratuais futuras a estabelecer ao longo de um determinado período de tempo, mediante a fixação antecipada dos respetivos termos, propõe-se que seja nomeado um interlocutor que assegure a formação e a execução de contratos a celebrar ao abrigo dos acordos quadros na modalidade proposta pela CC-CIM-Baixo Alentejo.”

A Câmara, conforme proposto pelo Sr. Presidente deliberou, por unanimidade e nominalmente aprovar o mandato administrativo deste Município a favor da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CC-CIM-Baixo Alentejo), cuja minuta se anexa à presente ata dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrita, assim como nomear como interlocutor neste processo o Chefe de Equipa Multidisciplinar, Dr. Luís Miguel Martins Soares.

PERIODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se verificou a presença de público.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 22,10 horas, qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.